

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.513.614 - SP (2019/0154281-0)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : CINARA GUILHERME ALVES BARRETO
ADVOGADOS : JOÃO RENATO DE FAVRE E OUTRO(S) - SP232225
MONALIZA FINATTI MANZATTO - SP164574
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA
ADVOGADOS : MARIA INÊS UNGARO FAVERO E OUTRO(S) - SP037534
OTAVIO ROBERTO MACIEL - SP247920
PAULO HENRIQUE TESSARO - SP343055
MARCO ANTONIO VISCAINO - SP159941

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por Cinara Guilherme Alves Barreto contra decisão que inadmitiu o recurso especial, com base na incidência da Súmula 7/STJ e, quanto à alínea "c" do permissivo constitucional, pela falta de atendimento aos requisitos previstos nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ (e-STJ, fls. 182-183).

O Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (e-STJ, fls. 218-223).

É o relatório.

Das razões do agravo interposto, verifico que a parte interessada não impugnou, de forma precisa, os fundamentos da decisão combatida, o que atrai, por analogia, a incidência da Súmula 182 desta Corte: "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada."

Com efeito, em relação à divergência jurisprudencial, a agravante não se desincumbiu de demonstrar que consta da petição do recurso especial o cotejo analítico entre os acórdãos combatido e paradigma, com a devida caracterização de interpretação legal divergente em situações fáticas idênticas, de modo a atender ao disposto nos arts. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e 255, § 1º, do RISTJ.

Quanto à aplicação da Súmula 7/STJ, a parte não impugnou esse fundamento da decisão agravada.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO QUE DEIXA DE IMPUGNAR ESPECIFICAMENTE OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ORA AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, CPC. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. Inexistindo impugnação específica, como seria de rigor, aos fundamentos da decisão ora agravada, essa circunstância obsta, por si só, a pretensão

Superior Tribunal de Justiça

recursal, pois, à falta de contrariedade, permanecem incólumes os motivos expendidos pela decisão recorrida. Incide na espécie a Súmula 182/STJ.

2. À luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, compete à parte agravante, sob pena de não conhecimento do agravo de instrumento, infirmar especificamente os fundamentos adotados pelo Tribunal de origem para negar seguimento ao reclamo, sendo insuficiente apresentar alegações genéricas de inaplicabilidade do óbice invocado. Precedentes.

3. O recurso revela-se manifestamente infundado e procrastinatório, devendo ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

4. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.

(AgInt no AREsp 941.148/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 14/2/2017, DJe 20/2/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 182 DO STJ.

1. É inviável o agravo que deixa de atacar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Incidência da Súmula 182 do STJ.

2. A jurisprudência desta Corte é assente no sentido de que, para afastar a incidência da Súmula 182/STJ, não basta a impugnação genérica dos fundamentos da decisão agravada, é necessário que a contestação seja específica e suficientemente demonstrada.

3. A apresentação tardia de novos fundamentos para viabilizar o conhecimento do recurso representa inovação, vedada no âmbito do agravo interno.

Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 867.735/SE, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 10/8/2016)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator